

L      E      I      Nº 1.245/75

Data: 28 de novembro de 1975.

Súmula: Dispões sobre a cobrança de preços, sobre os serviços explorados pelo Município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Artigo 1º - As rendas provenientes dos serviços industrial, comercial e civil prestados pelo Município em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresa privada, são para os efeitos desta Lei, considerados preços.

Artigos 2º - A fixação dos preços para os servidores que sejam monopólio do Município terá por base o custo unitário.

Artigo 3º - Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixação far-se-á levando-se consideração o custo total do serviço, apurado no último exercício encerrado, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviços prestados no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

§ 1º - O volume de serviços, para efeito do disposto neste artigo, será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pelo número de ligações feitas ou pela mídia de usuários atendidos.

§ 2º - O custo total, para efeito do disposto neste artigo, compreenderá custos de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão dos serviços.

Artigo 4º - Quando o Município não tiver o monopólio do serviço, a fixação do preço será feita com base nos preços do Mercado.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os preços dos serviços até o limite da recuperação do custo total: a fixação de preços além desse limite dependerá de lei autorizando pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único – O Executivo autorizado a fixar os preços dos serviços até o limite da recuperação do custo total: a fixação para os serviços.

Artigo 6º - O sistema de preços do Município compreende os seguintes serviços, além de outros que vierem a ser prestados:

- I – de água;
- II – de esgotos;
- III – de retransmissão de imagem de TV;
- IV – de comunicações telefônicas;
- V – de serviços agrícolas como: aração, gradeação, destoca aterros, desaterros, etc;
- VI – de matadouros;
- VII – de limpeza de datas;
- VIII – de utilidades fabris e manufactureiras;
- IX – de serviços de construção de estradas, caminhos e corredores, com máquinas de Prefeitura;
- X – de serviços urbanos de aterro, desaterro, nivelando e congêneres, com máquinas e veículos da Prefeitura.

Artigo 7º - O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações mantidas pela Prefeitura, em razão da exploração direta de serviços municipalizados, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão de uso.

Parágrafo Único – O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também nos casos de infrações outras, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstos em posturas ou regulamentos próprios.

Artigo 8º - O despejo de ocupantes de espaço em mercados, ou de prédios e terrenos municipais, equipara-se às penalidades previstas em posturas e regulamentos próprios.

Artigo 9º - As penalidades serão aplicadas, conforme o caso, apenas quanto aos pagamentos que devem ser feitos “a posteriori” e depois de apropriados os depósitos, cauções ou fianças feitos como garantia de consumo ou uso.

Artigo 10 – Aplicam-se aos preços, as disposições do Código Tributário do Município, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento,

restituição, fiscalização domiciliar e obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal.

Artigo 11 – O órgão incumbido da administração dos serviços, expedirá regulamentos, portarias, circulares e avisos de que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Artigo 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de novembro de 1975.

Jamil Fares Midauar  
Prefeito Municipal

Nelson dos Santos  
Chefe de Gabinete